

Sindicalismo e governos no Brasil: oposição e apoio, cooperação e conflitos entre 1997 e 2008

Ivan Jairo Junckes

Um dos marcos do sindicalismo no enfrentamento à ditadura civil-militar no Brasil -a greve dos metalúrgicos da Scania no ABC Paulista- comemorou trinta anos em maio de 2008. Na festa, a presença de militantes e dirigentes sindicais, de novas e antigas personalidades do mundo do trabalho, dentre elas o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, grande expoente político-sindical dos movimentos pós-1978. Discursos emocionados e emocionantes, fotos, filmes e avaliações provocaram reflexões, tais como a busca por saber quais as alterações ocorridas no sindicalismo após a passagem da presidência do Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso-FHC (Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB) para Luiz Inácio Lula da Silva -LULA (Partido dos Trabalhadores-PT), ocorrida em janeiro de 2003. Quais as mudanças e permanências nas relações entre os sindicatos e os governos, entidades empresariais e órgãos de Estado, desde então?

A problemática

A reflexão sobre as transformações e as continuidades ocorridas entre os governos de FHC e de LULA implica-nos perceber que o sindicalismo que estudamos é composto e é constituinte de movimentos sociais de confronto, adesão ativa, acomodações e resistência à reestruturação produtiva e às posições neoliberais que hegemonizaram o espectro político nos últimos vinte anos na América Latina, especialmente a quase doação de amplos setores econômicos à esfera privada e a desregulamentação do mercado de trabalho. Marcas desse período acumulam-se na acentuada ampliação da subsunção do trabalho nos fluxos de

Recibido: 03/12/08 - Aceptado: 04/04/10

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. E-MAIL: ivanjj@uol.com.br

capital, no acirramento dos interesses imediatos dos trabalhadores e trabalhadoras, e em um elevado comprometimento da capacidade de ação direta dos sindicatos.

Implica-nos, também, considerar que o sindicalismo que arguimos tem um histórico corporativista que está próximo de comemorar um século; ao longo desse tempo, vivemos frágeis e assimétricas relações tripartites, donde prevalecem os conluios entre organizações de interesses empresariais e agências de Estado. Transitando entre posições de adesão e resistência, os trabalhadores e trabalhadoras politizaram o conflito capital e trabalho e ocuparam alguns espaços institucionais, seja na busca de recursos instrumentais para sua projeção política ou como manobra tática para acúmulo de forças no bojo de um projeto emancipatório. Assim, a representação de interesses institucionalizada tornou-se, progressivamente, uma variável dependente e subordinada da política pública em diferentes graus.

Necessitamos, ainda, a considerar algumas condições estruturais do sindicalismo, em seus esforços para conjugar interesses históricos e imediatos de homens e mulheres que necessitam dispor sua força de trabalho ao mercado, nas melhores condições possíveis, inclusos em acirrada concorrência intra-classista com os demais portadores e portadoras da mesma, e única, mercadoria. Dentre essas condições, havemos de perceber que, sob o sistema de produção dirigido pelo estado capitalista, a dinâmica de sobrevivência do mundo sindical implica em ciclos de oportunismo ou de aproveitamento pragmático de oportunidades.

Tal qual descrito por Claus Offe (1984, p. 103-111), ante o desgaste da ação direta, o sindicalismo busca compensar a perda de força interna com a ocupação de espaços junto às esferas decisórias de governo, junto ao patronato e às agências de Estado e, assim, cresce burocraticamente, amplia seu reconhecimento externo e tenta mobilizar tais recursos para garantir sua existência. A realização de tal movimento estrutural está associada a fatores conjunturais de reciprocidade, nos quais os governos eleitos, com o apoio dos movimentos sindicais, compõem parcialmente suas equipes de gestão, com membros oriundos dessas bases sociais.

Dentre várias outras categorias laborais, para os sindicatos de bancários e bancárias ligados à Central Única dos Trabalhadores - CUT, por exemplo, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, e sua reeleição em 2006 complementam e incrementam um longo ciclo de busca de reconhecimento externo, que se estende desde o governo de transição de José Sarney até o governo de Fernando Henrique Cardoso, conforme apontado em Junckes (2004, p. 277-288).

Nas eleições de 2002, aproximadamente 130 bancários e bancárias candidataram-se aos diversos cargos legislativos e governos estaduais. Foram eleitos uma senadora, dois governadores, quatorze deputados fe-

derais e dezoito deputados estaduais, além de dezenas de suplentes, dentre os quais vários assumiram a legislatura em virtude da composição do executivo nacional e alguns estaduais. Dos trinta e cinco eleitos, vinte e dois, ou já foram, membros de diretorias ou militantes em sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF/CUT.

Alguns casos de maior expressão pública -bancários e bancárias que já compuseram ou ainda compõem o governo Lula- são Ricardo Berzoini, deputado federal, Ministro da Previdência, posteriormente do Trabalho e Emprego - MTE e presidente do Partido dos Trabalhadores; José Barroso Pimentel, deputado federal e Ministro da Previdência; Luiz Gushiken, ex-deputado federal e titular da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República; Paulo Bernardo, deputado federal e Ministro do Planejamento; e Olívio Dutra, deputado federal e Ministro das Cidades.

Os debates públicos sobre essas participações e seus impactos sobre o sindicalismo no Brasil conseguem gerar encontros peculiares entre esquerda e direita, conjugando pequenos e grandes editoriais. Em um esforço para definir o movimento sindical no momento pós-2003, o *Jornal Inverta*, órgão de divulgação da refundação do Partido Comunista Marxista Leninista no Brasil, aponta que “Durante o governo Lula tornou-se notório o arrefecimento da luta sindical, a pulverização dos sindicatos, o atrelamento ao governo [...]” (*Jornal Inverta*, 2007, p. 5). Igualmente, o *Jornal Opinião Socialista*, editado pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU, publicou matéria intitulada “Sindicalismo de negócios”, em dezembro de 2003, com seu veredicto: “A partir da eleição de Lula, assistimos a uma verdadeira cooptação de sindicatos pelo governo federal, especialmente as grandes centrais, na tentativa de represar o descontentamento das bases”. (*Jornal Opinião Socialista*, 2003, s.p.). No mesmo sentido fez a *Revista Veja* em extensa reportagem intitulada “A triste face do neopeleguismo”, apontando que “O governo Lula coopta as centrais: [...] as centrais sindicais são dóceis com o governo - e isso é um efeito das verbas e cargos que receberam” (*Revista Veja*, 09/05/2007, p. 44).

Vários pesquisadores da academia brasileira movem-se por uma mesma busca nos acontecimentos, com métodos distintos de abordagem, evidentemente. Em pesquisa sobre a participação dos representantes sindicais na gestão de grandes fundos de pensão, Roberto Grüm aponta o desenvolvimento de uma homologia de posições engendrada na esfera das elites econômicas entre “atores situados em subespaços aparentemente antagonísticos do tabuleiro político e social” (Grüm, 2004, p. 6-7).

Diante da reflexão sobre os desafios para os sindicatos sob o governo Lula, Cacciamali (2005, p. 79) afirma que a autonomia sindical se

estabelece como o primeiro risco ante o preenchimento de cargos com dirigentes egressos do movimento operário. Marques e Mendes (2006, p. 63) também analisam o sindicalismo no governo Lula e apontam a construção de um novo populismo no seio de um governo que “manieira” sindicatos e movimentos sociais.

Márcio Pochmann (2005, p. 179), presidente da fundação pública federal Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, também analisa os atuais desafios do sindicalismo brasileiro, expressando um misto de otimismo ao apontar que *o governo que se instalou desde 2003 possui condições especiais para transformar o atual marco regulatório do mercado de trabalho* e de apreensão com a intensa ocupação dos espaços institucionais:

Quanto maior a tendência de burocratização do sindicalismo, maiores podem ser os riscos de a participação nos fóruns institucionais ser transformada em mecanismos clássicos de cooptação sindical a outros objetivos que não os dos trabalhadores, como no caso das políticas neoliberais. (Pochmann, 2005, p. 178)

Em análise sobre a funcionalização das políticas neoliberais no governo Lula, Boito Júnior (2006, p. 271) afirma que, para pensarmos os movimentos sociais, é imprescindível o conhecimento das relações de classe ao longo do período neoliberal, e a sua localização -no que o autor chama de uma nova fase vivida- no atual governo, ou seja, de uma elite sindical que exerce, no interior do aparelho de Estado, um corporativismo de novo tipo, caracterizado pela intensa cooptação de seus dirigentes pelo bloco de poder hegemônico.

Analisando os debates realizados no Fórum Nacional do Trabalho-FNT, implantado pelo governo Lula em 2003, Graça Druck manifesta uma preocupação mais acentuada que Pochmann, ao apontar o comprometimento da autonomia das centrais sindicais no novo governo: “[...] agora não só incorporadas ao aparelho de Estado, mas com o poder de decidir acima e sobre o movimento sindical, na condição de membros do ‘poder público’ ou do Estado” (Druck, 2006, p. 337). Sória-Silva (2006, p. 326) também discute a posição das entidades sindicais no FNT e conclui:

[...] no caso da CUT, a progressiva migração da condição de movimento eminentemente crítico e contestatório para a de organização preocupada com sua própria existência burocrática e baseada em ações mais moderadas e comedidas.

A questão que se impõe a qualquer investigação, nesse debate, é como assumir essa problemática e contribuir para a ampliação de conhecimentos sobre sua dinâmica sem acrescer mais opiniões que, simplesmente, fomentem outras tantas. Para tanto, a escolha de um método de abordagem é determinante.

A pesquisa

Com o objetivo de contribuir criticamente com a problemática apontada, optou-se, no presente trabalho, pela investigação de uma das mais influentes frações do movimento sindical -os bancários e as bancárias- e a análise de suas trajetórias de conflitos, alianças e mediações, utilizando-se, em parte, a metodologia de análise de redes sociais. Assim, perseguiu-se a identificação das determinantes estruturais dos movimentos em análise, assumindo o sistema social como redes de relações entre agentes passíveis de serem expressas por modelagens computacionais espaço-temporais. Dessa forma, cada ator social é descrito pelo seu conjunto de relações, uma vez que se investigam mais as relações entre atores de que seus atributos específicos. Tal qual aponta Robert Hanneman (2001, p. 10): “La habilidad de los métodos de redes para representar tal relación multimodal es, al menos potencialmente, un paso adelante en el rigor del análisis”.

E por que os bancários? Simples. Exponentes de resistência e das conquistas nos anos do novo sindicalismo, os bancários e bancárias desenvolveram uma complexa capacidade tática para sobreviver aos ataques governamentais, à transnacionalização do capital, à crise do emprego formal na categoria e à ideologização que promoveu mudanças nos parâmetros identitários dos trabalhadores e trabalhadoras do sistema financeiro. Neste contexto, o sindicalismo bancário sobreviveu desenvolvendo mecanismos de reconhecimento baseados na reorganização da prática e da estrutura sindical, de negociação corporativa e de intensa reorganização de sua rede de alianças civis e sua participação governamental¹.

Assim, a trajetória do sindicalismo bancário no Brasil contém um potencial expressivo de generalização a partir da representação de interesses dos trabalhadores e trabalhadoras que, atualmente, constituem o núcleo operativo de um sistema globalizado de exploração das funcionalidades creditícias e de geração fictícia de riquezas. As alterações no ritmo e na intensidade da acumulação capitalista, além de suas recorrentes crises de ajustes entre capital fictício e produtivo, projetam os trabalhadores e trabalhadoras no sistema financeiro como operadores primários dos mecanismos considerados próprios de espaços protegidos e fluxos mundializados, tornando-os, por consequência, produtores e produtos de uma complexa ordem econômica e jurídica, a qual se busca explorar na presente pesquisa.

1 Extensa análise sobre a trajetória de lutas e adesão realizadas pelo sindicalismo bancário, relativas tanto à subsunção real do trabalho no capital quanto à dinâmica político-institucional, pode ser observada em Antunes (1982), Canêdo (1986), Boito Jr. (1991), Blass (1992), Karepovs (1994), Jinkings (2002), Junckes (2004), Krein e Gonçalves (2005), dentre outros autores que tão bem o fazem.

Imaginemos a realização de uma entrevista com uma influente entidade sindical que, nas últimas décadas, escreve semanalmente para milhares de trabalhadores e trabalhadoras sobre os temas sindicalismo, bancos, política, trabalho, lazer e tantos outros. Concebamos que isto seja feito duas vezes por semana, ou mais, ao longo dos últimos onze anos, a fim de se verificar com quais agentes sociais o entrevistado desenvolveu conflitos e com quais declarou cooperação, e, ainda, como este ator social enuncia a rede de relações constituída entre seus principais adversários e parceiros. Este trabalho foi realizado abordando-se o Sindicato dos Bancários de São Paulo², entre julho de 1997 e abril de 2008, por meio das edições da *Folha Bancária* do referido período³.

Nos últimos anos, a *Folha Bancária* chegou a imprimir 120 mil exemplares por edição, ganhou encartes de boletins específicos, deu origem a programas de rádio e televisão, além de uma revista mensal, a *Revista do Brasil*⁴, comercializada em bancas e distribuída a 360 mil trabalhadores e trabalhadoras no país. Nas edições da *Folha*, estão registrados especialmente os posicionamentos do Sindicato dos Bancários de São Paulo relativos às instituições financeiras, às entidades de organização dos interesses financeiras e empresariais, aos partidos políticos, aos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, aos órgãos do sistema judiciário, às câmaras do legislativo federal, aos demais sindicatos e centrais sindicais, e inúmeros outros agentes relevantes para a compreensão dos conflitos, alianças e crises neste segmento do mundo sindical.

Para substanciar as disposições da presente pesquisa, foi solicitada, ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, uma cópia digital das 1.125 edições da *Folha Bancária*, correspondentes aos números 3.867 a 5.077, editadas entre julho de 1997 e abril de 2008. O material foi cedido à pesquisa em formato pdf⁵.

Os conteúdos dos 1.125 arquivos originais da *Folha Bancária* foram, inicialmente, convertidos para um formato texto e, posteriormente, categorizados para operar no programa AskSam⁶, possibilitando, assim, uma análise preliminar de recorrência semântica e a seleção dos atores

2 Formalmente nominado Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, doravante eventualmente referido apenas como “Sindicato”.

3 Desde 1924, a *Folha Bancária* registra a rede formada em torno dos trabalhadores e trabalhadoras em bancos, sendo que, nos seus primeiros quinze anos, foi chamada de *Vida Bancária*. A edição de número 5.000 foi publicada em agosto de 2007 e acumulou mais de 500 milhões de exemplares impressos.

4 A versão digital da *Folha Bancária* pode ser acessada em: <http://www.spbancarios.com.br/fb.asp>; a *Revista do Brasil* pode ser acessada em: <http://www.revistado-brasil.net/>.

5 Registro os agradecimentos a Cláudio Marcolino, à Cláudia Motta e ao pessoal da imprensa do Sindicato.

6 O programa AskSam está disponível no sítio <http://www.asksam.com>.

mais expressivos, considerando-se não apenas a citação em absoluto mas, sobretudo, o contexto relacional de cooperação ou conflito declarado pelo Sindicato. Os 20 atores com maior número absoluto de citações na *Folha Bancária*, em relações de conflito ou cooperação durante período estudado, podem ser observados no quadro a seguir:

QUADRO 1	
Atores, por número absoluto de citações, em relações de conflito ou cooperação na <i>Folha Bancária</i> , entre jul./97 e abr./08.	
Ator	Citações
Banco BRADESCO	483
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – CONTRAF/CUT (ex CNB/CUT)	475
Banco ITAÚ	469
BANCO DO BRASIL	460
GOVERNO FEDERAL	441
UNIBANCO	418
Banco SANTANDER	412
Central Única dos Trabalhadores-CUT	376
Fernando Henrique Cardoso - FHC	360
Federação Nacional dos Bancos - FENABAN ⁷	334
Banco ABN-Amro (ex Banco REAL)	323
Caixa Econômica Federal - CEF	306
Cooperativa Habitacional dos Bancários - BANCOOP	301
Banco HSBC	294
NOSSA CAIXA	271
Ricardo BERZOINI	178
Cooperativa de Crédito dos Bancários - BANCREDI	146
Luiz Inácio Lula da Silva - LULA	141
Delegacia Regional do Trabalho - DRT/SP	133

7 Refere-se ao complexo Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN, cuja representação sindical é exercida pela Federação Nacional dos Bancos - FENABAN, e assim nominada genericamente pelos bancários. Sobre o assunto ver os textos de Ary Cesar Minella sobre o assunto, especialmente *Banqueiros: organização e poder político no Brasil* (Minnella, 1988).

Para os trabalhos de seleção de atores, na pesquisa, definiu-se ator como todo agente social institucionalmente constituído ou formalmente reconhecido ante o qual as ações táticas de aliança ou confronto, definidas pelo ator principal, encontram correspondência espaço-temporal.

Adotou-se para a pesquisa a noção de que os textos, tais quais os que estão disponíveis na *Folha Bancária*, são produtos linguísticos aos quais se fazem perguntas com a esperança de se poder generalizar as respostas, pois presume-se que seus enunciados contém uma transformação metódica e institucionalmente regulada dos atos e relações vividos pelo ator que os produz (Pizarro, 1998, p. 380). Dessa forma, os acontecimentos, em trecho parcial ou integral, donde se encontravam as 8.251 citações envolvendo um ou mais dos 53 atores selecionados, foram analisados para categorizar a relação de cooperação ou conflito entre o Sindicato dos Bancários de São Paulo e os referidos atores. Os critérios para a categorização e graduação das relações entre cooperação/aproximação ou conflito/afastamento podem ser observados no quadro a seguir:

QUADRO 2				
Critérios para categorização e graduação das relações declaradas entre o Sindicato e um ou mais dos atores selecionados.				
	Cooperação/Proximidade		Afastamento /Conflito	
Graduação	1	2	4	5
Indicador	Mobilização para fins comuns	Enunciado de apoio ou promocional	Enunciado de protesto, denúncia ou depreciação	Mobilização para denúncia, protesto ou paralisação

Dessa forma, a graduação dos relacionamentos variou de 1 (no caso de intensa cooperação e posicionamento de aproximação) até 5 (no caso de intenso conflito e posicionamento de afastamento). Na categorização da relação enunciada, foram descartados três conteúdos específicos bastante frequentes na *Folha Bancária*. O primeiro conteúdo corresponde às citações de relações intra-organizativas ou de auto-referenciação, como, por exemplo, as divulgações dos cursos de formação profissional ou dos eventos que ocorrem no Centro Cultural do próprio Sindicato dos Bancários de São Paulo. Outro conteúdo refere-se às citações gerais e tão somente informativas, que não expressam qualquer movimento de posição tática, como, por exemplo, o anúncio de uma campanha de vacinação por um agente determinado, ou a comunicação de eleição para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, em um determinado banco, sem que o Sindicato tenha tomado posição em relação a algum(s) candidato(s). O terceiro conteúdo descartado fora referente às temáticas sociais, como gênero, raça ou desigualdade de renda no Brasil que não continham atores específicos em relacionamento de conflito ou cooperação,

embora se tratassem de campanhas bem elaboradas e com períodos bastante marcados na linha editorial.

A partir da gradação dos relacionamentos declarados pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, foi constituída uma planilha-matriz em que se cruzam as 1.125 edições e os 53 atores. Em cada linha-edição, foi pontuado o ator na medida da relação expressa entre 1 e 5, excluindo-se a categoria 3, em função de que se referia a uma posição nula em relação aos posicionamentos definidos para categorização. Assim composta, a planilha pôde ser sistematizada para fins comparativos, gerando-se médias dos posicionamentos declarados conforme o recorte temporal desejado: mensalmente, anualmente e em períodos determinados, tal como 1997-2002 para identificar os posicionamentos relativos ao período de governo de Fernando Henrique Cardoso, e 2003-2008 para o período relativo ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A figura parcial da matriz a seguir permite visualizar o trabalho realizado:

MÊS	ANO	NÚM - Data	PT	Real_ABN	Ass_Lag_SP	BB	Bancoop	Bancredi.	BANESPA	FENABAN	BRADESC	F_Berz	CEF	CNB	CongNac	CUT	Gov_Fed	ITAU	FHC	Contec	FoiMH SP
AGO	1999	4083 ~ 03 08									4			1		1	4	4	5		
AGO	1999	4084 ~ 05 08		4			1			4	4			1		2		4	5		4
AGO	1999	4085 ~ 10 08		4	4	1					4					1			5		4
AGO	1999	4086 ~ 12 08		4		1			4	4	4			1		1	4				
AGO	1999	4087 ~ 17 08		4		5	2			4	4					1		4	4		
AGO	1999	4088 ~ 19 08				5	2			4		1		1		1	4	4	4		
AGO	1999	4089 ~ 24 08			4	2				4	4	1		2		1	5		5		
AGO	1999	4090 ~ 26 08					2			4	5	1					4		5		4
AGO	1999	4091 ~ 31 08								4	4						5	4	5		
SET	1999	4092 ~ 02 09	2			4	2		4	4				2			4				
SET	1999	4093 ~ 08 09				4	1		4	4	4						4	4			
SET	1999	4094 ~ 10 09					2		4	4	4			2			4	4	4		
SET	1999	4095 ~ 14 09				4				5	4				4			4	4		4
SET	1999	4096 ~ 16 09		4	4	4			4	4	5	1	4		4		4	5	4		4
SET	1999	4097 ~ 21 09	1	4	4	4				4	5	2	4	1			4		4		
SET	1999	4098 ~ 23 09	2			5	1					2				1	4	5	4		
SET	1999	4099 ~ 28 09				5	2			4	5			1		1	4	5	4		4
SET	1999	4100 ~ 30 09							4	4	4	2	4			2	4	4	4		
OUT	1999	4101 ~ 05 10			2				4								4	4	4		5
OUT	1999	4102 ~ 07 10	1		4	5						2		1	4			4	4		4
OUT	1999	4103 ~ 11 10					1		4	4	5				4					4	
OUT	1999	4104 ~ 14 10		5					5	4				1			4				
OUT	1999	4105 ~ 15 10				4				4						1	4	4	4		
OUT	1999	4106 ~ 19 10	1			4					4	1	4	1			4	5	4	4	
OUT	1999	4107 ~ 21 10	2	4		5				5	5		5			1	4	5	4	4	
OUT	1999	4108 ~ 26 10		5	4	5				5	5			1			5	5	4		4
OUT	1999	4109 ~ 27 10		4			2			5						1	4		4		

FIGURA 1 - Planilha parcial de categorização dos posicionamentos declarados na FB (preenchimento fictício para fins de exemplo).

A planilha acima já permitia uma série de informações interessantes acerca das aproximações e afastamentos ocorridos ao longo dos onze anos adotados para análise. Contudo, até o momento, apenas havia sido possível sistematizar as declarações do ator Sindicato dos Bancários de São Paulo concernentes ao seu posicionamento na relação direta com os atores selecionados. Portanto, ainda era necessário o que foi declarado pelo Sindicato sobre os relacionamentos entre os atores com os quais

mantinha relação. O passo seguinte foi assumir o desafio de método que aponta Pizarro ao analisarmos relações e acontecimentos:

Las semantizaciones relacionales son, pues, de orden institucional y no estructural, aunque exista una relación dialéctica entre ambos órdenes de realidad social. Sin embargo, toda descripción estructural tiene una base relacional: el problema empírico fundamental sigue siendo cómo desvelar las relaciones estructurales. ...la metodología sociológica debe, pues, desarrollar técnicas de investigación adecuadas para el estudio de los procesos sociales y construir sistemáticamente conceptos relacionales a partir de los datos obtenidos sobre los procesos mismos. (Pizarro, 1998, p. 387).

Restava, então, sistematizar os relacionamentos relativos aos demais atores entre si, enunciados pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. Para tanto, foram identificadas, nos textos, 4.145 relações, assumidas para análise como bidirecionais, entre os 53 atores selecionados e posicionados em conflito ou cooperação em relação ao Sindicato. O resultado primário deste trabalho é um grande emaranhado de linhas, que pode ser observado na imagem a seguir produzida no programa Pajek⁸:

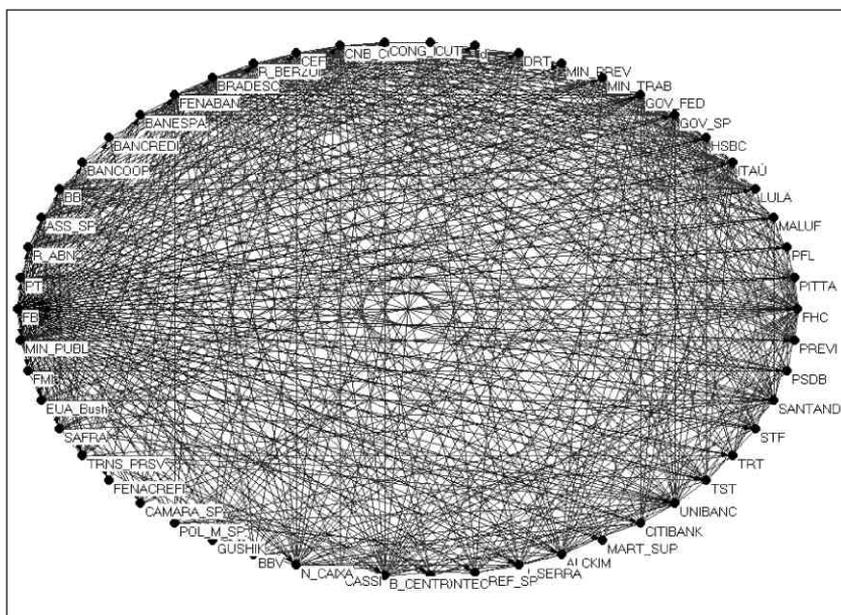


FIGURA 2 - Visualização do conjunto integral de relacionamentos declarados na Folha Bancária entre 1997 e 2008.

Como se percebe, a Figura 2 não possibilita qualquer leitura de relacionamentos específicos além de sua confusa totalidade. Estes relacionamentos foram sistematizados em períodos mensais e geraram

⁸ O programa Pajek e outros documentos sobre a análise de redes sociais - ARS estão disponíveis gratuitamente no sítio <http://pajek.imfm.si/doku.php?id=pajek>.

cial formada no período, e observando as permanências e alterações, como apontam Leon e Gil-Mendieta (2004, p.1):

Nos interesa saber que pasa cuando se establecen nuevas relaciones entre los actores; cuando se rompen algunas de ellas; cuando se incluyen otros actores; cuando se excluye o cuando sale de la red un actor. También nos interesa conocer los cambios que ocurren en la red en el transcurso del tiempo y el significado de estos cambios.

As medidas de cooperação e conflito e de proximidade e afastamento

Os principais resultados da pesquisa serão apresentados observando-se, primeiramente, os relacionamentos em cooperação declarados durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (período de 1998-2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007). Igualmente, o mesmo quadro será constituído para os relacionamentos declarados de conflito durante ambos os governos. Considerados em cooperação estão os relacionamentos cuja média de todo o período selecionado resulta situada entre 1,00 (intensa cooperação) e 2,99 (tênue cooperação) e, da mesma forma, estão considerados em conflito os relacionamentos cuja média resulta situada entre 3,01 (tênue conflito) e 5,00 (intenso conflito). O quadro de alterações dos relacionamentos declarados de cooperação em ambos os governos podem ser observados em o quadro 3.

O Quadro 3 apresenta uma significativa alteração no número de atores declarados em relações de cooperação. Tal ampliação está movida basicamente por atores institucionais, evidenciando uma tática específica de co-operação na relação com órgãos-chave de Estado e representação política. Podemos observar, também, um estrato sindical principal composto por atores que evidenciam o forte vínculo que o Sindicato dos Bancários de São Paulo mantém tanto com a estrutura sindical custista, no plano vertical (CNB/CONTRAF) e horizontal (CUT), quanto com os sindicalizados, uma vez que a BANCOOP e a BANCREDI são entidades de caráter cooperativo, criadas no Sindicato para mediar interesses habitacionais e creditícios dos associados. Motivação que, em parte, justifica também o relacionamento com a CASSI e com a PREVI, ambas as caixas mutualistas dos bancários e bancárias do Banco do Brasil, embora esta última seja também o maior fundo de pensão da América Latina. Observa-se, ainda, um segundo estrato partidário que se mantém em cooperação no período composto por políticos expoentes do Partido dos Trabalhadores, além do próprio partido.

Complementar aos movimentos de cooperação, apresentamos, em Quadro 4, o quadro de alterações dos relacionamentos declarados “de conflito” tanto no período correspondente ao governo de Fernando Henrique Cardoso quanto ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva:

QUADRO 3	
Principais atores declarados em cooperação nos períodos dos governos FHC (1998-2002) e Lula (2003-2007).	
AGENTES > COOPERAÇÃO PERÍODO FHC	AGENTES > COOPERAÇÃO PERÍODO LULA
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF/CUT (ex-CNB/CUT)	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF/CUT (ex-CNB/CUT)
Central Única dos Trabalhadores - CUT	Central Única dos Trabalhadores - CUT
Coop. Habitacional dos Bancários - BANCOOP	Coop. Habitacional dos Bancários - BANCOOP
Luiz Inácio Lula da Silva - LULA	Coop. de Crédito dos Bancários - BANCREDI
Ricardo BERZOINI	Ricardo BERZOINI
Partido dos Trabalhadores - PT	Luiz GUSHIKEN
Coop. de Crédito dos Bancários - BANCREDI	Partido dos Trabalhadores - PT
Marta Suplicy	Caixa de Prev. Funcionários do BB -PREVI
Ministério Público	Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
Caixa de Prev. Funcionários do BB - PREVI	Caixa de Assist. Funcionários do BB - CASSI
Delegacia Regional do Trabalho - DRT/SP	Delegacia Regional do Trabalho - DRT/SP
Luiz GUSHIKEN	Marta Suplicy
Caixa de Assist. Funcionários do BB - CASSI	Ministério Público
Supremo Tribunal Federal - STF	Luiz Inácio Lula da Silva - LULA
Federação Nacional das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento - FENACREFI	Supremo Tribunal Federal - STF
	Congresso Nacional
	Prefeitura Municipal de São Paulo
	Tribunal Regional do Trabalho - TRT/SP
	Banco Central - BC
	Federação Nacional das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento - FENACREFI
	Ministério da Previdência Social (INSS)
	Assembleia Legislativa de São Paulo
	Governo Federal

QUADRO 4	
Principais atores declarados em cooperação nos períodos dos governos FHC (1998-2002) e Lula (2003-2007).	
AGENTES > CONFLITOS PERÍODO FHC	AGENTES > CONFLITOS PERÍODO LULA
Celso PITTA	Geraldo ALCKMIN
Banco UNIBANCO	Governo do Estado de SP
Banco HSBC	NOSSA CAIXA
TRANSPEV/PROSERVVI	Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB
Banco ITAÚ	Partido da Frente Liberal - PFL (atual DEM)
Banco BBV	TRANSPEV/PROSERVVI
Polícia Militar de SP	Banco BRADESCO
Câmara Municipal de São Paulo	EUA/Bush
Banco BRADESCO	Polícia Militar de SP
Banco SANTANDER	Banco ABN-Amro (ex Banco REAL)
Caixa Econômica Federal - CEF	Banco UNIBANCO
BANCO DO BRASIL	Banco SANTANDER
GOVERNO FEDERAL	Caixa Econômica Federal - CEF
Fernando Henrique Cardoso - FHC	Banco HSBC
Banco BANESPA	Fernando Henrique Cardoso - FHC
Banco ABN-Amro (ex Banco REAL)	Paulo Maluf
Paulo Maluf	Fundo Monetário Internacional - FMI
EUA Bush	José Serra
Governo do Estado de SP	Banco ITAÚ
NOSSA CAIXA	Confed. Nac. em Empresas de Crédito – CONTEC
Geraldo ALCKMIN	Federação Nacional dos Bancos - FENABAN
Confed. Nac. em Empresas de Crédito – CONTEC	BANCO DO BRASIL
Banco SAFRA	Banco CITIBIBANK
Fundo Monetário Internacional-FMI	Banco SAFRA
Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	Tribunal Superior do Trabalho - TST
Banco Central - BC	
Ministério da Previdência Social (INSS)	
Partido da Frente Liberal – PFL (atual DEM)	
to Tribunal Superior do Trabalho - TST	
Banco CITIBIBANK	
Federação Nacional dos Bancos - FENABAN	
José Serra	
Prefeitura Municipal de São Paulo	
Tribunal Regional do Trabalho - TRT/SP	

A principal alteração que pode ser observada é que os conflitos marcados pelas relações trabalhistas com empregadores privados cedem espaço para aqueles de caráter político-partidário, alternando, assim, o perfil dos dois principais estratos de atores declarados em conflito. Um terceiro estrato pode ser observado em acentuada alteração, pois é composto por conflitos em torno de agentes de relações institucionais, com os quais passa a ser desenvolvido o relacionamento de cooperação, notadamente os relativos ao Governo Federal, Banco Central e Ministério da Previdência.

Ambos os relacionamentos de cooperação e conflito implicam resultados de aproximação ou afastamento ao longo do período estudado, intercruzando-se e gerando situações onde o Sindicato dos Bancários de São Paulo declara afastamento relativo de aliados, assinalando, pois, menor grau de cooperação e aproximação relativa de adversários, portanto com menor grau de conflito. Ocorre, assim, também maior aproximação de atores aliados e igualmente maior afastamento de atores já posicionados como adversários, ampliando as relações de cooperação e conflito, respectivamente.

O quadro referente às aproximações declaradas não será exibido, em virtude de pouco ampliar a análise já realizada sobre o quadro de relacionamentos declarados em cooperação. Contudo, o quadro dos principais afastamentos merece atenção em função de alguns pontos que indicam um grau menor de cooperação ou maior de conflito, com determinados atores importantes. Tais alterações de afastamento podem ser observadas nos quadros a seguir:

QUADRO 5			
Principais atores declarados em afastamento nos períodos dos governos FHC (1998-2002) e Lula (2003-2007)			
RELAÇÃO DE AFASTAMENTO PERÍODOS FHC > LULA (menor cooperação ou maior conflito)	Méd. FHC	Méd. LULA	CONFLITO X COOPERAÇÃO
Luiz Inácio Lula da Silva - LULA	1,55	2,19	< cooperação
Geraldo ALCKMIN	4,04	4,43	> conflito
Partido dos Trabalhadores - PT	1,59	1,94	< cooperação
Partido da Frente Liberal - PFL (atual DEM)	3,88	4,20	> conflito
Ministério Público	1,88	2,18	< cooperação
Governo do Estado de SP	4,06	4,32	> conflito
José Serra	3,77	4,00	> conflito
Marta Suplicy	1,78	2,00	< cooperação
7 Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	4,00	4,21	> conflito
NOSSA CAIXA	4,05	4,27	> conflito
Ricardo BERZOINI	1,57	1,71	< cooperação

Observe-se, no Quadro 5, que os principais movimentos de afastamento ocorrem relacionados aos atores do espectro político-partidário, seja de atores de oposição ao governo federal -Alckmin, PFL, José Serra e PSDB- evidenciando ampliação dos conflitos, ou também de atores a ele aliados, como é o caso acima observado, de menor cooperação declarada com os atores Lula, PT, Marta Suplicy e Ricardo Berzoini. Associando esta verificação com o fato de as principais aproximações e desenvolvimento de relacionamento de cooperação terem ocorrido no campo das relações institucionais, notadamente com o Governo Federal e Congresso Nacional, evidencia-se um movimento de aproximação e cooperação com atores institucionais, e um relativo afastamento, menor influência, portanto, dos aliados do campo político-partidário.

Centralidade e intermediação dos atores políticos

Além das medidas de cooperação e conflito e de proximidade e afastamento, apresentadas anteriormente, um dos recursos mais interessantes na análise de redes sociais é a medida de centralidade de intermediação. Conforme Hannemann (2001, p. 61-62), a análise do poder em uma rede tem várias faces. A primeira, dentre muitas, apresenta-se pela centralização pura e simples, ou seja, o ator que está no centro apresenta potencialmente maior influência. Uma rede cujo exercício do poder de influência não esteja restrito a um centro específico, como são as redes sociais em geral, tal medida pode ser percebida também nos atores cuja distância para alcançar os diversos atores é menor e, portanto, este necessita de menor energia para alcançá-los em seus intentos.

Pode-se, ainda, medir a centralidade por seu indicador mais expressivo para diversas situações, ou seja, a capacidade que os atores apresentam para estar entre distintos atores e conectá-los com facilidade. Assim, quando se apura que determinados atores apresentam maior grau de intermediação, pode-se afirmar que eles são, para o período estudado, os nós da rede, cuja capacidade para obstruir ou agilizar relacionamentos é a mais elevada, segundo o conjunto de relações declaradas pelo ator central - que, na presente pesquisa, é o Sindicato dos Bancários de São Paulo. Nos períodos dos governos FHC e Lula, os atores com graus de centralidade de intermediação mais elevados podem ser observados no quadro 6.

Observa-se, no Quadro 6, que os atores em conflito são maioria entre os que exercem a intermediação das relações declaradas pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, no período Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), evidenciando o exercício de oposição do Sindicato à capacidade de obstrução ou constrangimento detida pelos atores centrais nos conflitos. Situação diversa ocorre no período Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007), em que os agentes de cooperação ocupam as principais posições e as dividem com agentes de conflito. Ao se analisar o

quadro por seu primeiro segmento, percebe-se que os cinco atores com maior capacidade de intermediação no período FHC têm caráter político-institucional e partidário, excetuando-se apenas a CNB-CONTRAF, enquanto que, no período LULA, todas estas posições são ocupadas por atores com caráter de relações trabalhistas, com destaque para o posicionamento da CUT, sendo as demais posições ocupadas por atores cujo perfil de relação é político-institucional e, ademais, em posicionamento médio de cooperação.

QUADRO 6 Lista de atores segundo sua posição em centralidade de intermediação (<i>betweenness centrality</i>), nos períodos de FHC e LULA	
PERÍODO DO GOV. FHC	PERÍODO DO GOV. LULA
Fernando Henrique Cardoso - FHC GOVERNO FEDERAL Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF (ex-CNB/CUT) Ricardo BERZOINI Governo do Estado de SP Banco UNIBANCO BANCO DO BRASIL Federação Nacional dos Bancos - FENABAN MINISTÉRIO PÚBLICO Banco BRADESCO Banco SANTANDER Partido dos Trabalhadores - PT	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF (ex-CNB/CUT) Central Única dos Trabalhadores - CUT BANCO DO BRASIL NOSSA CAIXA Banco BRADESCO GOVERNO FEDERAL Congresso Nacional Fernando Henrique Cardoso - FHC Federação Nacional dos Bancos - FENABAN Geraldo ALCKMIN Luiz Inácio Lula da Silva - LULA Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Estas alterações centralidade de intermediação podem ser observadas nas figuras a seguir:

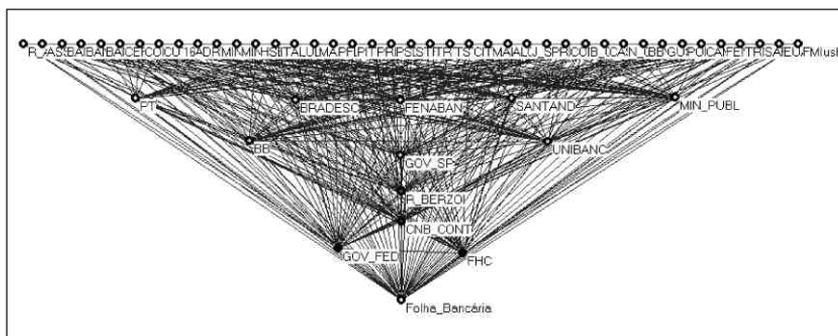


FIGURA 4 - Atores em grado de centralidade de intermediação nos períodos de FHC (FB incluso).

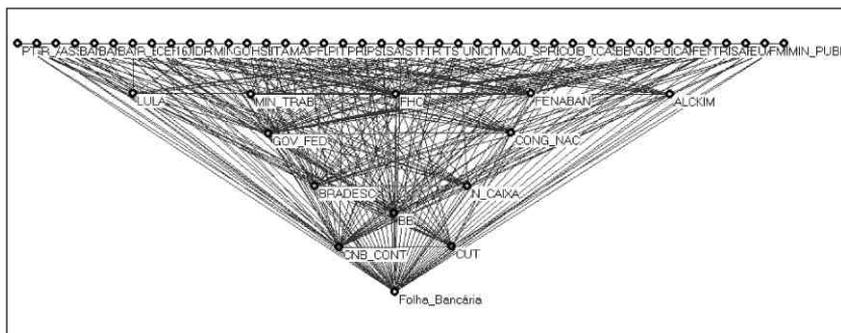


FIGURA 5 - Atores em grau de centralidade de intermediação nos períodos de Lula (FB incluso).

Destaque-se que, neste quadro, perdem centralidade de intermediação dois importantes atores partidários: Ricardo Berzoini e o próprio Partido dos Trabalhadores, para emergir a CUT e o Congresso Nacional. Este último, como a expressão institucional de ambos os atores que perdem intermediação. Outra observação interessante refere-se ao fato de que, ocupar a presidência da FENABAN, projeta o banco de origem do titular entre os atores de maior intermediação; é o caso do Banco Unibanco, enquanto Gabriel Ferreira ocupou o cargo entre 2001 e 2004, e do Banco Bradesco, cujo presidente, Márcio Cypriano, dirigiu também a federação patronal, entre 2004 e 2007.

Interessante observar também que Fernando Henrique Cardoso permanece como um ator central pelo sindicato durante os quatro anos que sucedem sua saída da Presidência da República; sua figura negativada auxilia a positivação de Lula quando alguma política específica do Governo Federal é alvo de críticas do movimento sindical.

A partir destes relacionamentos enunciados pelo Sindicato, verifica-se que, dentre as principais alterações entre os períodos dos governos FHC e Lula, destaca-se um número consideravelmente menor de agentes declarados em conflito, e conflitos menos intensos, associados a um número ligeiramente maior de agentes em cooperação. Entretanto, isso ocorre em laços também menos intensos, exceto quando referidos à CNB e à CUT, uma vez que estes dois agentes assumem a centralidade de intermediação das relações declaradas pelo sindicato. Há que se considerar que a centralidade de intermediação alcançada pela CUT, no período pós-2003, necessita ser percebida pelo seu inverso no segundo mandato de FHC, quando seguidas divergências internas e iniciativas polêmicas de aproximação com o governo provocaram divergências entre a direção da central e a diretoria do Sindicato. Com a posse de Lula, as divergências internas relativas à participação no Governo reduzem-se consideravelmente e a CUT assume, então, um papel fundamental no relacionamento do Sindicato com os demais atores sociais, reforçando, sobremaneira, a estrutura sindical cutista.

Destaca-se, também, o significativo afastamento de ícones partidários de máxima expressão na história de relacionamentos de cooperação, especialmente o PT, Lula, Marta Suplicy e Ricardo Berzoini. Quando observada a intensificação dos conflitos com outros atores político-partidários - Alckmin, PFL, Serra e PSDB-, evidencia-se que o Sindicato mantém e acentua seu enfrentamento com atores político-partidários de direita sem que este movimento corresponda a uma aproximação, ou maior cooperação, com os atores que representariam seu espectro ideológico inverso.

Pode-se sustentar a hipótese de que tal afastamento ocorre, além do esgotamento da motivação para a proximidade, gerado pela conquista do governo, em função dos escândalos e das crises políticas que envolveram o Partido dos Trabalhadores, no primeiro mandato de Lula (2005-2006), associados à extensão das campanhas de protesto realizadas pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo e pela CUT contra os baixos índices de correção da tabela do Imposto de Renda.

Evidentemente, o afastamento do Sindicato em relação aos ícones partidários e, especialmente, em relação a Lula, é apenas um indicador entre vários outros que devem ser verificados, de toda forma permite-nos dialogar com a pesquisa de María Victoria Murillo sobre a trajetória dos sindicatos sob os governos populistas de Menem, na Argentina, de Salinas, no México, e de Carlos Pérez, na Venezuela, durante os anos 90. Mesmo contendo grandes diferenças entre os três casos, a autora afirma que embora “[...] la paz laboral es más probable cuando los partidos aliados al sindicalismo llegan al poder y controlan el aparato de regulación estatal...” (Murillo, 2001, p. 10), também pôde ser observada uma dinâmica de militância sindical de protesto com o objetivo de demonstrar, especialmente aos competidores intra-sindicais, a independência em relação ao governo apoiado para a eleição. No caso brasileiro, os estudos de Marques e Mendes (2006, p. 73) apontam também a hipótese de um remodelamento da base de apoio do governo Lula baseada nos programas de transferência de renda destinados às camadas mais empobrecidas.

Entre as principais alterações verificadas no relacionamento com os órgãos de Estado, percebe-se que o Sindicato busca, nestes movimentos declarados, bem mais que a legitimação de um governo. A acentuada aproximação, passando do caráter de conflito (>3) para a condição de cooperação (<3), com os agentes político-institucionais Ministério do Trabalho, Banco Central, Governo Federal, Câmara Municipal de São Paulo, Ministério da Previdência (também nominado INSS), Congresso Nacional, Prefeitura de São Paulo, Supremo Tribunal Federal -STF e Tribunal Regional do Trabalho- TRT/SP, evidencia a preocupação do Sindicato em ocupar espaços institucionais abertos com a elaboração e a implantação de políticas públicas multipartite no Governo Lula.

Tal resultado, entretanto, apresenta refluxos de aproximação e, portanto, de cooperação, ao se observar as diferenças entre dois períodos do primeiro governo Lula (2003-2004 e 2005-2006), possivelmente em função da frustração relacionada à política monetária e a persistência, e mesmo incremento, de diversos elementos paradoxais na estrutura sindical, a partir da experiência do Fórum Nacional do Trabalho-FNT.

A acentuada aproximação cooperativa entre o Sindicato e os atores político-institucionais poderia alimentar hipóteses de um refluxo no relacionamento conflitivo com agentes patronais; entretanto, observando-se as principais alterações ocorridas no relacionamento do sindicato com atores empregadores, ocorre o seu inverso, ou seja, ampliam-se as relações de conflito com a FENABAN, ocorrendo apenas uma tênue aproximação com alguns bancos, dentre eles Safra, Banco do Brasil, Itaú e Citibank, embora todos eles mantenham-se em posicionamento de conflito.

Interessante observar que o relacionamento declarado com os bancos públicos federais -BB e CEF- se mantém em acentuado conflito mesmo com toda a aproximação dos dirigentes sindicais bancários com o governo Lula, inclusive ocupando diversas diretorias nestes bancos públicos federais. Ambos os bancos figuram como agentes centrais de intermediação de relacionamentos, em função dos intensos conflitos não superados ao longo de ambos os governos-FHC e Lula.

A persistência, e mesmo a ampliação, em vários momentos, dos conflitos trabalhistas, especialmente salariais, indica que a presença de diversos ex-dirigentes sindicais nas direções destas agências governamentais e a aproximação cooperativa com os atores político-institucionais, verificada nas declarações do Sindicato referentes ao governo Lula, pouco altera o perfil conflituoso nas relações laborais, declarado no período do governo anterior. Tal trajetória implica reconsiderar algumas generalizações imperfeitas sobre a capacidade de influência dos sindicalistas da CUT na gestão destes bancos, assim como, talvez, em outras áreas do governo.

Conclusões

As principais alterações verificadas no relacionamento declarado entre o Sindicato dos Bancários de São Paulo e os governos, entidades empresariais e órgãos de Estado evidenciam que o Sindicato afasta-se de relacionamentos históricos de cooperação político-partidária; mantém e amplia, em vários casos, os relacionamentos conflitivos com atores político-partidários de direita e, igualmente, o faz com atores financeiros empregadores, públicos e privados, associando ambos os movimentos com a ocupação de espaços institucionais que pouco indicam ampliação da governabilidade, ante os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras. Na era Lula, vive-se, pois, um sindicalismo menos parti-

darizado, mais institucionalizado e que, contudo, conserva os níveis de conflitos com os agentes patronais muito próximos aos dos tempos de FHC. Assim sendo, implicamo-nos a refletir sobre qual a significação e as perspectivas desta institucionalização para o sindicalismo no Brasil.

Possivelmente, estes movimentos, declarados na *Folha Bancária* e sistematizados nesta pesquisa, estejam orientados pela agenda de discussões e implantação das políticas propositivas coordenadas pela Confederação Sindical de Trabalhadores das Américas - CSA (ex-Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres- CIOSL-ORIT) para a constituição do “sindicato sociopolítico”, conforme o Plano Geral de Trabalho do CIOSL/ORIT 2005-2009, resultante do XVI Congresso Continental Ordinário da central, realizado em 2005 (CIOSL/ORIT, 2005). De acordo com os relatos de Julio Godio, a CIOSL-ORIT/CSA, central à qual a CUT está filiada desde 1992, assumiu, em seus últimos encontros e congressos, um novo paradigma sociolaboral civilizatório, que se realiza em uma economia social de mercado cujo denominador comum é a ação concertada entre Estado, empresas, sindicatos e demais organizações da sociedade civil, na luta pela solidariedade global e justiça social, sendo que ambos os movimentos estão articulados pelo paradigma da sociedade do trabalho decente⁹ (Godio, 2005, p. 22-32).

A constituição do sindicalismo sociopolítico no Brasil pode ser estimada a partir das recentes sínteses produzidas pela participação sindical no Fórum Nacional do Trabalho-FNT. O Fórum de concertação tripartite foi declarado como prioridade logo no início do governo Lula e suscitou, principalmente, a realização de uma ampla reforma sindical. Ironicamente, para “agilizar” os trabalhos do Fórum, reuniram-se 600 representantes de trabalhadores e trabalhadoras, empresários e governo.

Após mais de cinco anos, um dos resultados parciais dos esforços para reforma é o reconhecimento oficial, através da portaria 186, de abril de 2008, do funcionamento e das formas de sustentação das centrais sindicais. O restante das propostas do projeto de reforma encontra-se adormecido no Congresso Nacional ou tem sido objeto de algumas tentativas de implantação parcial no Ministério do Trabalho e Emprego-MTE. Em ambos os espaços, o ritmo da reforma está devidamente acomodado à letargia promovida pelos setores mais conservadores do sindicalismo, tanto de empregados quanto de empregadores.

O ritmo da reforma parece favorecer flagrantes retrocessos no quadro sindical brasileiro. Confirmando esta hipótese o Ministério do

9 O conceito de trabalho decente pode ser melhor bem conhecido no documento *Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015*, publicado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT e disponível em versão eletrônica no sítio www.ilo.org/publns.

Trabalho e Emprego-MTE instituiu, através da Instrução Normativa N°1, de 30 de setembro de 2008, o recolhimento compulsório da contribuição sindical do salário dos servidores públicos, nas três esferas de governo. O ato, ao contrário do que se previa na reforma sindical, revigora sobremaneira o imposto sindical, atualmente chamado de “contribuição”. A criação deste tributo, datada de julho de 1940, atravessou o século em simbiose com a unicidade sindical, e serve de sustentação financeira para o que há de mais arcaico e conservador no sindicalismo oficialista no Brasil. Sua incidência sobre os servidores públicos alcança uma extensão que, certamente, poucos ideólogos do corporativismo getulista teriam ousado obter.

Se estes resultados do Fórum Nacional do Trabalho e os atos do Ministério são uma síntese, mesmo que parcial, do sindicalismo sociopolítico cultivado no seio das amplas divergências intra-sindicais, e se representam em perspectiva os esforços para superar os desafios e paradoxos que vive o movimento sindical brasileiro, então, ambos conferem mais sentido às reflexões críticas e preocupantes dos pesquisadores citados no início do texto. A eles podemos acrescentar as inquietações de Laura Mora Cabello de Alba, ao investigar a participação institucional do sindicalismo, no que chama, na Espanha, de Estado Social, perguntando-se se esta “espécie de status público” pode apontar para um novo conteúdo à soberania popular e à cidadania ou para um simples recurso neocontratualista para gestão subordinada dos atuais conflitos do mundo do trabalho (Mora Cabello de Alba, 2008, p. 38-42).

Pode-se concluir, dessa forma, que nos últimos dez anos o sindicalismo bancário tem buscado acumular forças e tem composto seu reconhecimento por duas vias pouco complementares, pelo menos na forma em que estão constituídas. Por uma linha, o revigoramento de movimentos de enfrentamento direto com agentes patronais, nos últimos anos, preserva o caráter classista num dos setores laborais mais suscetíveis ao seu comprometimento, em função da hegemonia da ideologia financista e da segmentação interna de seus trabalhadores. Por outra via, a orientação de parte de seus relacionamentos para a participação institucional parece proporcionar pouco acúmulo de forças, tanto para si quanto para o movimento sindical minimamente crítico do histórico e tão assimétrico corporativismo que se reconfigura com tais participações. Contudo, tanto quanto as perspectivas para o sindicalismo bancário eram bastante desalentadoras no início dos anos 2000, e esta categoria logrou superar várias delas, assim também os contraditórios da história contêm sínteses que pouco se poderia imaginar e muito se necessita pesquisar e, sobre eles, refletir.

Bibliografia

- Antunes, Ricardo (1982). *Classe Operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo, Ed. Cortez e Ed. Ensaio.
- Blass, Leila M. da S. (1992). *Estamos em greve!: imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários, 1985*. São Paulo, Ed. HUCITEC / Sindicato dos Bancários de São Paulo.
- Boito Jr., Armando (1991). *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas(SP), Ed. UNICAMP - HUCITEC.
- Boito Jr., Armando (2006). “As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil”. Em: *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*, Buenos Aires, CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 271 - 296. (Disponível em versão eletrônica: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/caeta/PIICdos.pdf>, consultado em 20/04/2007).
- Cacciamali, M. Cristina (2005). “Política social e reforma laboral no Brasil: os desafios dos sindicatos sob o governo Lula”. *Relaciones Laborales*, Montevideo, v. 7, p. 64-82.
- Canêdo, Leticia B. (1986). *Bancários: movimento e participação política*. Campinas (SP), Ed. Unicamp.
- CIOSL/ORIT (2005). *Plano Geral de Trabalho do CIOSL/ORIT*. Brasília, CIOSL/ORIT. (Disponível em versão eletrônica: http://www.cioslorit.org/galeria/plan_general.pdf, consultado em 28/03/2007).
- Druck, Graça (2006). “Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistencia”, *Observatorio Social de América Latina* - CLACSO, Buenos Aires, Ano VI, n 19, julho 2006, p. 329-340. (Disponível em versão eletrônica: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf>, consultado em 20/04/2007).
- Folha Bancária* (1997-2008). Edições 3867 à 5077, de julho de 1997 à abril de 2008, São Paulo, Sindicato dos Bancários de São Paulo. (Parcialmente disponível, 2003-2008, em versão eletrônica: <http://www.spbancarios.com.br/fbanteriores.asp>, consultado em 20/10/2008).
- Godio, Julio (2005). *Sociedades de trabajo y sindicalismo socio-político en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires, Corregidor.

- Grüm, Roberto (2004). “A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na cena política”. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 5- 47.
- Hanneman, Robert A. (2001). *Introduction to Social Network Methods*, Riverside, University of California. (Disponível em versão eletrônica: <http://revista-redes.rediris.es/webredes/text.htm>, consultado em 05/11/2005).
- Jinkings, Nise (2002). *Trabalho e resistência na “fonte misteriosa”, os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. Campinas (SP), Editora da Unicamp; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.
- Partido Comunista Marxista Leninista (PCML-BR) (2007). “Revolução, sindicalismo e o governo Lula”. *Jornal Inverta*. Rio de Janeiro, ed. n. 413, de 08/06/2007, p. 5.
- Jornal Opinião Socialista (2003). “Sindicalismo de negócios”, ed. n. 164, 03/12/2003, em pag. http://www.pstu.org.br/jornal_anteriores.asp, consultada 16/08/2007.
- Junckes, Ivan J. (2004). “O sindicalismo novo dos bancários na reestruturação financeira dos anos noventa no Brasil”. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis. (Disponível em versão eletrônica: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0262.pdf>, consultado em 20/10/2008).
- Karepovs, Dainis (1994). *A história dos bancários: lutas e conquistas, (1923 - 1993)*. São Paulo, Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região.
- Krein, José Dari; Gonçalves, José R. Barbosa (2005). “Mudanças tecnológicas e seus impactos nas relações de trabalho e no sindicalismo do setor terciário”. Em: *O Trabalho no Setor Terciário: Emprego e Desenvolvimento Tecnológico*. São Paulo, DIEESE, p. 193-218.
- León, Alejandro A. R.; Gil-Mendieta, Jorge (2004). “Redes variables en el tiempo: visualización con Pajek”. *REDES-Revista hispana para el análisis de redes sociales*, Barcelona, v. 6, n. 4, jun 2004, p. 1-15. (Disponível em versão eletrônica: <http://revista-redes.rediris.es>, consultado em 26/07/2007).
- Marques, Rosa M.; Mendes, Áquilas (2006). “O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberalvol”. *Revista de Economia Política*. São Paulo, 26, n. 1 (101), p. 58-74.
- Minella, Ary C. (1988). *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro-São Paulo, Anpocs-Espaço e Tempo.

- Molina, José L. *et al.* (2006). *Talleres de autoformación con programas informáticos de análisis de redes sociales*. Barcelona, Ediciones Bellaterra.
- Mora Cabello de Alba, Laura (2008). *La participación institucional del sindicato*. Madrid, Consejo Económico y Social.
- Murillo, María Victoria (2001). *Sindicalismo, coaliciones partidarias y reformas de mercado en América Latina*. Madrid, Siglo XXI.
- Offe, Claus (1984). *Problemas estruturais do estado capitalisata*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Organização Internacional do Trabalho - OIT (2003). “Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015.” Brasília, OIT. (Disponível em versão eletrônica: www.ilo.org/publns, consultado em 26/04/2007).
- Pizarro, Narciso (1979). *Metodología sociológica y teoría lingüística*. Madrid, Alberto Corazón D.L.
- Pizarro, Narciso (1998). *Tratado de metodología de las ciencias sociales*. Madrid, Siglo XXI.
- Pochmann, Marcio (2005). “Desafios atuais do sindicalismo brasileiro”, Em: *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina*, Buenos Aires, CLACSO. (Disponível em versão eletrônica: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/sindi/poch.pdf>, consultado em 21/04/2004).
- Revista Veja* (2007). “A triste face do neopeleguismo”, ed. n. 2007, de 09/05/2007, p. 44-48.
- Sória-Silva, Sidartha (2006). “CUT e reforma sindical: a noção de sindicalismo produzida no Fórum Nacional do Trabalho”. Em: Araújo, Sílvia Maria (org.). *O sindicalismo equilibrista*. Curitiba (PR), UFPR/SCHLA, p. 314-326.

Resumo

Este artigo discute os posicionamentos do sindicalismo brasileiro a partir da investigação dos relacionamentos de conflito, cooperação e mediação de interesses entre agências estatais, grupos governamentais, entidades sindicais e organizações patronais declarados pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, através de 1.125 edições da *Folha Bancária*, publicadas entre 1997 e 2008, observando-se especialmente as alterações ocorridas entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Para a sistematização dos dados, foram utilizados recursos computacionais de busca textual e de análise de redes sociais (ARS), além de planilhas eletrônicas e de editor de texto. A análise dos afastamentos, aproximações e alterações de centralidade entre os agentes da rede socioinstitucional formada neste período permite discu-

tir relações de produção, política e sindicalismo, além de contribuir para a qualificação das investigações sociológicas.

Palavras-chave: Sindicalismo, Bancários, Corporativismo, Análise de redes sociais, Governo Lula.

Abstract

This article considers the positioning of the Brazilian syndicalism starting from the investigation of the relationship of conflict, cooperation and mediation of interests among state agencies, governmental groups, syndical organisms and banking organizations stated by the Sindicato dos Bancários de São Paulo (*The Union of the Bank Workers of São Paulo*), comprising 1.125 editions of the *Folha Bancária* (*Bank worker's journal*), published between 1997 and 2008, paying special attention to changes occurred between the governments of Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva. For the systematization of the data, besides electronic sheets and word translator, computational resources of textual search and social network analysis (SNA) had been used. The analysis of the remoteness, proximities and alterations of centrality between the agents of the socioinstitutional net formed in this period allows to consider relations of production, politics and syndicalism, besides contributing to the qualification of the sociological investigations.

Keywords: Syndicalism, Bank Workers, Corporatism, Social Network Analysis, Lula Government.